

Copom reduz Selic em 0,5 ponto, para 11%, sem surpresas

BRASÍLIA (Reuters) - Em decisão unânime e sem surpresas, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu em 0,5 ponto percentual a Selic, para 11 por cento ao ano, nesta quarta-feira. A queda dá sequência ao estímulo à atividade econômica num momento de acirramento da crise econômica internacional.

O movimento, o terceiro corte seguido dessa magnitude e o último do ano, era amplamente esperado pelo mercado. O atual ciclo começou em agosto passado.

O BC tem argumentado que a crise internacional traz efeitos desinflacionários à economia brasileira e, deste modo, trabalha para não deixar que a atividade esfrie muito.

"Dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 11 por cento ao ano, sem viés", informou o colegiado em comunicado.

"O Copom entende que, ao tempestivamente mitigar os efeitos vindos de um ambiente global mais restritivo, um ajuste moderado no nível da taxa básica é consistente com o cenário de convergência da inflação para a meta em 2012", trouxe ainda a nota, cujo teor é igual ao da decisão anterior, de outubro.

Para analistas, o sinal foi claro: a política de afrouxamento monetário vai continuar.

"Nenhuma surpresa na decisão, nenhuma mudança no comunicado, ou seja, acho que permanece o mesmo recado, a mesma perspectiva, de que o ciclo de ajuste continua", afirmou o economista-chefe do banco Fator, José Francisco Golçalves, para quem a Selic encerrará 2012 em 9,5 por cento ao ano.

Pesquisa recente da Reuters mostrou que o mercado espera novos cortes na Selic, mas divergem sobre a quantidade deles. As expectativas para o fim do próximo ano ficaram entre 9 e 11 por cento.

A próxima reunião do Copom está marcada para janeiro e, na semana que vem, será divulgada a ata do encontro desta quarta-feira.

A redução da taxa ocorre num momento em que a atividade econômica mostra sinais de desaceleração mais forte. O IBC-BR, medido pelo próprio BC e considerado um indicador antecedente do Produto Interno Bruto (PIB), registrou queda de 0,32 por cento no terceiro trimestre deste ano comparado com o segundo.

Analistas do mercado financeiro também acreditam que novas medidas de relaxamento monetário podem vir.

"Seguimos projetando redução da Selic para 9,5 por cento ao ano até abril de 2012, que poderá vir acompanhada de ações alternativas de relaxamento monetário -redução de alíquotas de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e de recolhimento de compulsórios sobre depósitos bancários", informou em nota a consultoria LCA.

CONVERGÊNCIA

Enquanto isso, a inflação em 12 meses também começa a dar sinais de desaceleração. O IPCA, com o dado de outubro, acumula alta de 6,97 por cento em 12 meses, ainda acima do teto da meta de inflação do governo (de 6,5 por cento), mas já abaixo dos 7,31 por cento que tinha até setembro.

A expectativa do BC é que a inflação aproxime-se do centro da meta de 4,5 por cento no ano que vem. O professor da UFRJ e da FGV, Armando Castellar, acredita ser difícil a inflação convergir para a meta em 2012.

"A convergência da inflação para o centro da meta em 2012 continua difícil, o crédito está evoluindo de maneira forte e a inflação tende a cair no primeiro trimestre e a partir daí vai ser mais difícil", afirmou.

Segundo ele, a crise na zona do euro passou a ter mais efeitos internos. "A crise passou a impactar de forma mais forte na atividade doméstica. Os indicadores foram bastante fracos no último trimestre. A crise na Europa vem tendo efeito doméstico sobretudo de financiamento, na dificuldade de empresas na captação externa, e no mercado de ações."

O ANO DE 2011

Depois de o Brasil ter registrado forte crescimento no ano passado, com taxa acima de 7 por cento, o BC e a equipe econômica iniciaram um processo de medidas para restringir o crédito e aumentar os juros para desaquecer a atividade e evitar uma alta nos preços.

A Selic encerrou 2010 a 10,75 por cento ao ano, mesmo patamar visto desde julho daquele ano. No início de dezembro, no entanto, o BC começou a pavimentar o caminho para um período de aperto monetário, que duraria até julho passado.

No dia 3 de dezembro, ainda sob a batuta de Henrique Meirelles mas já com o novo governo Dilma Rousseff eleito, o BC anunciou um conjunto de medidas macroprudenciais que limitaram e encareceram o crédito de longo prazo para bens de consumo duráveis, como veículos.

Naquele momento, o mercado calculou que a ação equivaleu a uma alta de 0,50 a 1 ponto percentual da Selic.

Logo em seguida, no dia 19 de janeiro e já sob o comando de Alexandre Tombini, o BC elevou a taxa básica de juros do país em 0,50 ponto percentual, para 11,25 por cento ao ano. Vieram então mais quatro altas, que levaram a Selic a 12,50 por cento ao ano no dia 20 de julho.

Em agosto, no entanto, o BC pegou de surpresa boa parte dos agentes econômicos ao reduzir a Selic para 12 por cento ao ano, argumentando que a crise internacional havia piorado e, assim, trazendo efeito desinflacionário para o país por enfraquecer a atividade econômica.

A decisão não foi unânime dentro do BC, mas o objetivo foi mostrar que a política monetária havia tido um "ponto de inflexão," para levar a taxa básica de juros do país a um patamar menor, mais alinhado com outras economias semelhantes.

Desde então, o BC adotou o discurso de que a política monetária seria conduzida com "ajustes moderados" o que, na avaliação do mercado, significa cortes graduais na Selic, de 0,50 ponto em 0,50 ponto.

A decisão do BC brasileiro acabou sendo repetida por outras autoridades monetárias ao redor do globo que, por conta das turbulências da dívida soberana na zona do euro, começaram a afrouxar a política monetária e aumentar a liquidez do mercado.

Além da Selic, o BC de Tombini também está usando outras ferramentas para estimular o consumo. No dia 11 de novembro, anunciou a retirada parcial das medidas macroprudenciais adotadas em dezembro.